



As pressões da rápida urbanização e do crescimento econômico na África resultaram em números crescentes de despejos dos pobres urbanos de seus bairros. Na maioria dos casos, eles são realocados para áreas periféricas, distantes dos centros de emprego e oportunidades econômicas. Ao mesmo tempo, mais de 500 milhões de pessoas vivem hoje em favelas e invasões na África, e esse número está aumentando.

Os governos locais precisam de instrumentos políticos para proteger o direito à moradia dos pobres urbanos como um primeiro passo crítico na direção do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de alcançar melhoria significativa na vida dos residentes das favelas até 2020. O propósito destes Guias práticos é melhorar a compreensão dos formuladores de políticas, nos níveis nacional e local, sobre a habitação e o desenvolvimento urbano em favor dos pobres, no contexto da redução da pobreza urbana.

Os Guias práticos são apresentados num formato de fácil leitura, estruturado de modo a incluir uma visão geral de tendências e condições, conceitos, políticas, ferramentas e recomendações para lidar com os seguintes problemas relacionados à habitação:

(1) **África Urbana:** construir cidades utilizando o potencial inexplorado (2) **Habitação adequada:** formas de auxílio à população pobre na busca por moradia nas cidades africanas (3) **Terra urbana:** um elemento essencial para promover o acesso à moradia adequada (4) **Despejos:** alternativas à remoção de comunidades pobres urbanas de seus locais de origem (5) **Financiamento habitacional:** formas de auxílio à aquisição da moradia para a população pobre (6) **Organização comunitária de base:** de excluídos a agentes do desenvolvimento (7) **Habitação de aluguel:** uma alternativa pouco explorada para os pobres (8) **Governos locais:** enfrentar os desafios urbanos de forma participativa e integrada.

As organizações comunitárias dos pobres podem ser parceiros valiosos e criativos na hora de encontrar soluções de moradia viáveis para a população carente. Além de oferecerem um meio de compartilhamento de ideias, agrupamento de ativos e apoio mútuo, elas criam canais para os pobres falarem com seus governos locais e nacionais, e para assumirem projetos de desenvolvimento colaborativos de habitação, urbanização do assentamento, posse da terra, infraestrutura e subsistência. Portanto, é importante que os formuladores de políticas entendam como as organizações comunitárias operam e como os governos podem trabalhar melhor, junto com elas, para melhorar as condições de vida dos pobres.

Este Guia prático 6 analisa como os governos e formuladores de políticas podem trabalhar em conjunto com as organizações comunitárias para abordar os problemas que os pobres experimentam nos assentamentos urbanos e encontrar soluções de longo prazo para suas necessidades de moradia.

GUIAS PRÁTICOS PARA FORMULADORES DE POLÍTICAS URBANAS



habitação adequada para a população pobre nas cidades africanas

UN HABITAT

Cities Alliance
CITIES WITHOUT SLUMS

UN HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE

Cities Alliance
CITIES WITHOUT SLUMS

Mais informações podem ser encontradas no website www.housing-the-urban-poor.net

United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT)
PO Box 30030 GPO 00100
Nairobi, Kenya
Fax: (254-20) 7623092 (TCBB Office)
E-mail: tcbb@unhabitat.org
Website: www.unhabitat.org

6

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DE BASE:
DE EXCLUÍDOS A AGENTES DO DESENVOLVIMENTO

Organização comunitária de base: de excluídos a agentes do desenvolvimento

Copyright © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), 2010
Todos os direitos reservados

United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT)
PO Box 30030, Nairobi, Kenya
Tel: +254 2 621 234
Fax: +254 2 624 266
www.unhabitat.org

AVISO

As designações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a manifestação de nenhuma opinião da Secretaria das Nações Unidas a respeito da situação legal de nenhum país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou no que concerne à delimitação de suas fronteiras ou divisas, ou em relação ao seu sistema econômico ou grau de desenvolvimento. A análise, as conclusões e as recomendações do relatório não refletem necessariamente as opiniões do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, de seu Conselho de Administração ou de seus Estados-Membros.

Número ISBN
HS/....

Impresso por UNON/Publishing Services Section/Nairobi,
ISO 14001:2004-certified

A publicação da série Moradia para os pobres nas cidades africanas foi possível através do apoio financeiro da Aliança para as Cidades.

Publicado pelo
Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT)
Divisão de Treinamento e Capacitação (TCBB)
E-mail: tcb@unhabitat.org

habitação
adequada
para a **população**
pobre nas
cidades
africanas

6 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DE BASE:
DE EXCLUÍDOS A AGENTES DO DESENVOLVIMENTO

AGRADECIMENTOS

A série Guias práticos foi inspirada e preparada com base numa série semelhante sobre Moradias para os pobres nas cidades asiáticas, uma publicação conjunta da ONU-HABITAT e da UNESCAP de 2009. A série é uma adaptação da versão asiática às realidades e aos contextos dos países da África Subsaariana, e estará disponível nos idiomas inglês, francês e português. A publicação da série foi possível através das contribuições financeiras da Aliança para as Cidades e da ONU-HABITAT.

Os guias foram escritos pela equipe de especialistas do African Centre for Cities (ACC), liderada por Edgar Pieterse, com as substanciais contribuições de Karen Press, Kecia Rust e Warren Smit. Os especialistas da equipe que colaboraram para inestimáveis relatórios de fundo para os guias são: Sarah Charlton, Firoz Khan, Caroline Kihato, Michael Kihato, Melinda Silverman e Tanya Zack. O apoio ao gerenciamento do projeto foi oferecido por Bruce Frayne, e o *design* foi habilidosamente cuidado por Tau Tavengwa. Diversos colegas da Divisão de Treinamento e Capacitação, da Divisão de Moradia e do Escritório Regional para África e Estados Árabes da ONU-HABITAT contribuíram para o *design*, para a elaboração e para a revisão dos guias. Entre eles encontram-se Gulelat Kebede, Cynthia Radert, Claudio Acioly, Jean D’Aragon, Rasmus Precht, Christophe Lalande, Remy Sietchiping e Alain Grimard. Os guias contaram com as valiosas contribuições de vários especialistas que participaram da Reunião do Grupo de Especialistas realizada em novembro de 2009 em Nairóbi, Quênia: Benjamin Bradlow, Malick Gaye, Serge Allou, Barbra Kohlo, Ardelline Masinde, Esther Kodhek, Jack Makau, Allain Cain, Sylvia Noagbesenu, Kecia Rust, Babar Mumtaz, Alain Durand Lasserre, Alan Gilbert e Tarek El-Sheik.

Todas essas contribuições moldaram a série Guias práticos, a qual, esperamos, vai colaborar com o trabalho diário dos formuladores de políticas urbanas na região da África Subsaariana em sua busca para melhorar a moradia e o acesso à terra para os pobres urbanos.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	2
----------------	---

CONDIÇÕES

ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS: OS POBRES COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO	4
COMUNIDADES POBRES: UM RECURSO INEXPLORADO NAS CIDADES AFRICANAS	5
UMA LONGA HISTÓRIA DE AUTOSSUFICIÊNCIA	6
OS DIFERENTES TIPOS DE ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS	7

CONCEITOS

“MEXER DIVERSAS PANELAS”	10
DO CONFRONTO PARA A NEGOCIAÇÃO E DA RESISTÊNCIA PARA A COLABORAÇÃO	11
“NÃO SOBRE NÓS SEM NÓS”	12
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: DA PROPRIEDADE PLENA À MANIPULAÇÃO	14

ABORDAGENS

PARCERIAS: QUATRO MANEIRAS PELAS QUAIS AS ORGANIZAÇÕES DE COMUNIDADES POBRES ESTÃO AJUDANDO SEUS GOVERNOS A RESOLVER PROBLEMAS DE TERRA, MORADIA, SERVIÇOS BÁSICOS E POBREZA NAS CIDADES AFRICANAS	15
	16

FERRAMENTAS & DIRETRIZES

SEIS MANEIRAS DE O GOVERNO LOCAL APOIAR AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS	24
--	----

RECURSOS

REFERÊNCIAS	30
LEITURAS ADICIONAIS SUGERIDAS	31
WEBSITES	32



“É vital que, no longo prazo, as comunidades dos pobres, como o principal grupo em busca de justiça social, aproprie-se de seu processo de desenvolvimento e o gerencie, tornando-se fundamental para o seu aprimoramento e expansão.” (Sheela Patel, SPARC, Índia)²

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DE BASE: DE EXCLUÍDOS A AGENTES DO DESENVOLVIMENTO

GUIA PRÁTICO PARA FORMULADORES DE POLÍTICAS URBANAS Nº 6

O surgimento de organizações comunitárias dos pobres na África foi uma ocorrência muito importante nas duas últimas décadas. Essas organizações, também conhecidas como organizações comunitárias (OCs) ou organizações de base, representam os pobres urbanos, moradores de áreas geográficas específicas ou pessoas que compartilham uma identidade comum (por exemplo, são originárias da mesma área). Como estruturas que permitem que famílias e comunidades pobres saiam do isolamento e da impotência para a força coletiva, essas organizações foram se tornando poderosos mecanismos de desenvolvimento em seus países.

Além de oferecerem um meio para o compartilhamento de ideias, agrupamento de ativos e apoio mútuo, as organizações comunitárias criam canais para os pobres falarem com seus governos locais e nacionais, e assumirem projetos de desenvolvimento colaborativo de habitação, melhoria, posse da terra, infraestrutura e subsistência. As comunidades pobres da África estão cada vez mais focadas em fornecer moradia e melhorias comunitárias, em colaboração com outros interessados no desenvolvimento.

As OCs são muitas vezes constituídas por grupos vulneráveis específicos, entres os quais mulheres, idosos, crianças, jovens e pessoas com deficiência. Em alguns contextos, os povos indígenas também podem ser considerados um grupo vulnerável. O guia de políticas da ONU-HABITAT Housing Indigenous Peoples in Cities contém recomendações relativas a como implementar políticas habitacionais efetivas para grupos vulneráveis como esses.¹

As organizações comunitárias dos pobres podem ser parceiros valiosos e criativos na hora de encontrar soluções de moradia viáveis para a população carente. Portanto, é importante que os formuladores de políticas entendam como as OCs operam e como os governos podem trabalhar melhor, junto com elas, para melhorar as condições de vida dos pobres.

Este guia não se destina a especialistas, mas pretende ajudar a capacitar funcionários dos governos nacionais e locais e formuladores de políticas que precisam aprimorar rapidamente sua compreensão dos problemas das moradias populares.

EXPLORANDO O POTENCIAL DAS COMUNIDADES DE BAIXA RENDA NAS CIDADES AFRICANAS



“Aprendemos ao longo dos anos que nem cenários pessimistas nem críticas destrutivas vão inspirar pessoas e governos a agir. O que é preciso é uma visão positiva, um mapa claro para irmos daqui até lá, e uma responsabilidade clara atribuída a cada um dos muitos atores do sistema.” – *Ex-Secretário-Geral da ONU Kofi Annan*³

Os pobres urbanos são os projetistas, construtores e fornecedores da maior parte das casas de preço acessível nas cidades da África. Seus esforços de iniciativa própria fizeram o que décadas de programas habitacionais do governo, projetos de desenvolvimento do setor formal, campanhas pelo direito à moradia e intervenções internacionais de desenvolvimento não conseguiram: oferecer à maioria dos pobres urbanos moradia e serviços básicos – agora, quando eles precisam, e não num futuro distante.

Esses sistemas informais para fornecer casas e serviços em assentamentos pobres e informais não são ideais – estão abaixo do padrão em muitos aspectos e com frequência abrigam desigualdades. Mas representam uma resposta razoável a uma necessidade urgente, para a qual não existe alternativa. Nessa evidência da inventividade humana, há uma independência notável e uma vitalidade espontânea, que é uma das grandes e inexploradas fontes de energia

nas cidades africanas. Com efeito, os africanos estão refazendo as cidades de baixo para cima, quando se recusam a ser vítimas passivas da incapacidade do governo e do setor privado para prover moradias adequadas e, em vez disso, assumem o papel de empreendedores, gestores urbanos e fornecedores de serviços e infraestrutura em suas comunidades.

Os governos tendiam a ver as favelas e os assentamentos informais como um problema grave, como pragas na paisagem urbana, como celeiros de elementos antissociais. Muitos governos e formuladores de políticas, porém, começaram a ver com outros olhos os assentamentos informais – e as comunidades carentes que os formam – e a reconhecer o papel construtivo que essas comunidades (e sua organizações) estão desempenhando na busca de soluções de larga escala e duradouras para problemas de terra, moradia e subsistência que afetam toda a cidade.

Muitas cidades africanas têm um longo histórico de fracassos de projetos habitacionais: empreendimentos imobiliários subsidiados que acabaram por fornecer moradia ao grupo-alvo errado, projetos-piloto que nunca foram adiante, sistemas de lotes urbanizados onde ninguém quer morar e projetos de reassentamento abandonados a especuladores, com frequência depois da destruição de comunidades viáveis através de despejos forçados. Governos e profissionais

do setor de habitação estão percebendo que esses projetos de cima para baixo, concebidos sem muito envolvimento dos pobres aos quais deveriam atender, jamais resolverão os problemas crescentes. E estão também se dando conta de que, quando as organizações comunitárias pobres estão no centro do planejamento e da implementação de programas de moradias e desenvolvimento que as afetam, esses programas tendem a ser bem-sucedidos.

AS COMUNIDADES DE BAIXA RENDA TÊM UMA LONGA HISTÓRIA DE AUTOSSUFICIÊNCIA

A autossuficiência é a base da maioria dos aspectos de como as comunidades carentes urbanas se formam, como seus residentes conseguem a terra para se estabelecer, como constroem, compram ou alugam casas, como têm acesso a abastecimento de água e eletricidade, como pavimentam suas estradas, como conseguem empréstimos em caso de emergência, como encontram emprego e como sobrevivem numa cidade que lhes oferece muito pouca ajuda. Um assentamento pobre que pode parecer caótico para quem olha de fora é, na verdade, um campo extremamente complexo de comprometimento, dependência e apoio mútuos, e criatividade vindos de todos os diversos moradores, que muitas vezes dependem uns dos outros para todos os tipos de apoio familiar e individual.

A autossuficiência também pode ser uma base forte para realizar atividades de desenvolvimento e melhorar as condições de vida ao longo do tempo. Se uma comunidade informal consegue permanecer no mesmo lugar e não é despejada por muitos anos, a tendência é que melhore e se consolide gradativamente: as estruturas das casas vão melhorar, as estruturas de apoio vão se aprofundar e os sistemas coletivos para solucionar necessidades e problemas dentro da comunidade se fortalecerão. Muitas comunidades desenvolvem uma considerável capacidade de se organizar, de colaborar com outras organizações e estabelecer



Desde que existem, os seres humanos se organizaram em comunidades a fim de sobreviver e de satisfazer coletivamente a necessidades que não podem atender como indivíduos: físicas, emocionais, econômicas, de segurança e culturais. Essa autossuficiência coletiva encontra-se muito viva nas comunidades carentes urbanas da África.

relações pragmáticas com políticos e órgãos governamentais locais, a fim de obterem as coisas de que precisam no assentamento. É assim que a organização comunitária começa, mas quase nunca é fácil.

Muitas das OCs em cidades africanas surgiram devido à incapacidade do Estado de fornecer infraestrutura e serviços adequados a todos os cidadãos — resultado, em parte, da forma que a

urbanização tomou na África. Essa forma se acha intimamente associada à história do continente, na qual estruturas e recursos governamentais ficavam concentrados nas capitais, enquanto as autoridades locais, em cidades menores, contavam com poder e fontes de receita limitados para atender às necessidades dos moradores urbanos. Nas últimas décadas, forças e processos econômicos globais, como programas de ajustamento estrutural, também enfraqueceram a capacidade do Estado de atender à população urbana.

Muitas organizações comunitárias que surgiram nesse período foram formadas sem qualquer intervenção ou apoio de autoridades locais ou órgãos dos governo. Ao contrário,

a maioria das autoridades locais estava mostrava-se relutante em negociar com essas organizações, ou oferecer assistência às comunidades pobres que desejavam iniciar suas próprias estratégias de desenvolvimento, uma vez que qualquer colaboração oficial com ocupantes informais de terras poderia ser vista como legitimadora desses assentamentos.

Como resultado, os assentamentos foram deixados mais ou menos à própria sorte, e se houve algum melhoramento nas moradias ou nos ambientes de vida, foi graças às próprias comunidades, e normalmente sem qualquer relação com programas existentes ou agendas das agências de habitação do governo.

OS DIFERENTES TIPOS DE ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS



As OCs, junto com as organizações sem fins lucrativos que as apoiam, formam a sociedade civil. Muito já se debateu sobre a natureza da sociedade civil na África.⁴ Enquanto alguns pesquisadores definiram a sociedade civil em termos restritivos e constataram sua grande ausência em grande parte da África, outros pesquisadores definiram a sociedade civil africana mais amplamente – por exemplo, como a “esfera pública de atividade coletiva

formal ou informal, autônoma do Estado e da família”.⁵ Essa definição mais ampla incluiria organizações como organizações éticas, redes de patrocínio (p.ex., as comunidades sufi do Senegal) e até algumas autoridades tradicionais. Algumas OCs fundamentam-se em formas que existiram durante a época pré-colonial, mas agora estão adaptadas a um contexto novo e em transformação; algumas têm raízes no contexto rural. Algumas são baseadas em

filiações éticas, religiosas, etc., enquanto outras são formadas especificamente para satisfazer a uma necessidade em particular (como melhorar as condições de moradia).

Entre os típicos tipos de OC encontrados na África estão: associações de desenvolvimento comunitário, voltadas principalmente para negociar o acesso a serviços urbanos; associações da cidade natal, que podem incluir aqueles que fornecem apoio aos novos migrantes urbanos originários da mesma área rural e também aqueles que tentam manter vínculos com seu lugar de origem, participando ativamente de seu desenvolvimento; associações religiosas; e grupos de mulheres, que respondem a desafios específicos que as mulheres africanas enfrentam,

como, por exemplo, desempoderamento e barreiras tradicionais e religiosas para obter o acesso à terra e à moradia. Também existem numerosas federações nacionais dos pobres urbanos ligadas à Shack/Slum Dwellers' International (SDI).

Além de desempenhar um relevante papel no desenvolvimento, muitas OCs têm uma função importante na defesa e proteção dos direitos dos pobres. Vale notar que classe, etnicidade e gênero são importantes fatores influenciando a forma e a função das associações na África e têm significativo impacto na capacidade das OCs de ter acesso a recursos econômicos e poder político.

TABELA 1: ÍNDICE IBRAHIM — PARTICIPAÇÃO E DIREITOS HUMANOS — 2009⁶

CATEGORIA	PAÍSES
Alto (>70)	África do Sul, Botsuana, Cabo Verde, Gana, Lesoto, Maurício, Namíbia, Seicheles
Médio-alto (50–70)	Benin, Burkina Faso, Burundi, Gabão, Libéria, Madagascar, Malauí, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Zâmbia
Médio-baixo (30–50)	Angola, Argélia, Camarões, Chade, Comores, Congo, Djibuti, Egito, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Marrocos, Nigéria, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Suazilândia, Togo, Tunísia, Zimbábue
Baixo (<30)	Chade, Costa do Marfim, Eritreia, Guiné-Equatorial, Líbia, Somália, Sudão

A SOCIEDADE CIVIL NA ÁFRICA

A força da sociedade civil varia bastante de país para país. A África do Sul, por exemplo, tem uma sociedade civil relativamente florescente, enquanto até pouco tempo atrás as organizações da sociedade civil do vizinho Zimbábue enfrentavam sérias restrições em relação à sua autonomia e raio de ação.

As mais proeminentes organizações da sociedade civil voltadas para as questões do desenvolvimento urbano são provavelmente as federações comunitárias afiliadas ao Shack/Slum Dwellers International (SDI). As afiliadas ao SDI na África incluem:

- Quênia: Muungano wa Wanavijiji
- Gana: Ghana Federation of the Urban Poor (GHAFAP)
- Tanzânia: Tanzania Federation of the Urban Poor (TFUP)
- Malauí: Malawi Homeless People's Federation (MHPF)
- Zâmbia: Zambia Homeless and Poor People's Federation (ZHPPF)
- Zimbábue: Zimbabwe Homeless People's Federation (ZIHOPPE)
- Namíbia: Shack Dwellers Federation of Namibia (SDFN)
- África do Sul: Federation of the Urban Poor (FEDUP)

A sociedade civil só pode florescer onde os governos respeitam os direitos humanos e permitem a liberdade de expressão e o direito a promover ideias opostas. O Índice Ibrahim apresentado na Tabela 1 mede vários aspectos de governança, incluindo participação e direitos humanos, e permite que se tenha uma boa noção do espaço disponível para a sociedade civil em vários países. A tabela divide os países em quatro categorias (listados em ordem alfabética em cada grupo), com base na pontuação no Índice Ibrahim de 2009 para participação e direitos humanos. A pontuação no Índice Ibrahim para participação e direitos humanos baseia-se nos seguintes 18 indicadores compostos: participação política; força da democracia; eleições livres e justas; autonomia eleitoral; eleições executivas livres e justas; direitos humanos; direitos políticos; direitos coletivos; liberdade de expressão; liberdade de associação; liberdade de imprensa; liberdades civis; ratificação e relatório inicial das convenções de direitos humanos fundamentais; igualdade de gêneros; índice de conclusão da escola primária; proporção entre meninas e meninos no ensino primário e secundário; participação da mulher na força de trabalho; as mulheres no parlamento. O número 100 representa a pontuação mais alta possível, e 0 representa a pontuação mais baixa possível.

“ATUANDO EM VÁRIAS FRENTES AO MESMO TEMPO”

Enquanto algumas OCs estão focadas em um só problema, como o acesso à terra, muitas delas estão cada vez mais envolvidas num amplo leque de atividades. Essas organizações comunitárias estão aprendendo que o segredo de manter seus movimentos vivos é trabalhar em muitas frentes e iniciar muitas ações ao mesmo tempo.

Isso se baseia no reconhecimento de que as verdadeiras mudanças não acontecem da noite para o dia – pode demorar muito tempo. Encontrar soluções duradouras para a pobreza e a habitação urbana requer paciência e persistência das organizações criadas e dirigidas por comunidades. É preciso que muitas pessoas da comunidade queiram mudar a situação, e esse nível de querer comum só é alcançado quando existem evidências tangíveis de que a mudança é possível.

Muitas OCs se formam e crescem fortes em sua resposta unida a um único e crítico problema (como o despejo), mas se enfraquecem depois que a questão é solucionada. Se uma organização comunitária depende de um único problema, uma só crise ou um único projeto-piloto para sustentar seu processo de mobilização, isso exerce pressão demais sobre o problema a ser resolvido ou projeto-piloto a ter êxito; se isso não acontece, as pessoas perdem o ânimo e a organização desmorona. Uma organização comunitária sadia e forte precisa de tempo para se desenvolver, e o faz melhor quando se mantém ocupada tratando de muitas necessidades diferentes em diversas frentes, e de várias maneiras – ao mesmo tempo.

O Shack/Slum Dwellers International (SDI) descreve essa necessidade por atividades em muitas frentes como “mexer diversas panelas”, pois a estratégia é semelhante a cozinhar em diferentes panelas de diferentes tamanhos, contendo diferentes tipos de alimento, ao mesmo tempo. Enquanto se espera que algumas panelas comecem a esquentar, outras podem estar prontas para serem retiradas do

fogo. Há sempre algo pronto para manter a empolgação e o entusiasmo, mesmo enquanto outras panelas ainda estão frias. Isto é muito diferente de preparar uma coisa cuidadosamente até estar perfeita, e depois reproduzi-la.

A estratégia de “mexer diversas panelas” também é um meio de atender a uma ampla variedade de necessidades existentes em qualquer comunidade carente, onde homens, mulheres, crianças, jovens e idosos podem, por exemplo, ter diferentes necessidades e níveis de pobreza. Quanto maior o número de atividades, maior o espaço que elas criam para o surgimento de novos líderes, para o envolvimento de novas pessoas naquilo que as empolga, e para que o poder dentro da comunidade se distribua entre muitas pessoas, através do envolvimento ativo. Quando criam oportunidades para as pessoas se envolverem, essas diferentes atividades também fornecem uma chance para liberar tensões e frustrações que sempre existem em situações de pobreza. Trabalhar na direção de diferentes metas ao mesmo tempo é uma forma de manter os membros da comunidade inspirados e energizados para atingi-las, mesmo que algumas delas pareçam distantes, e de aumentar a liderança e a capacidade organizacional da comunidade.

Muitas organizações comunitárias, como as afiliadas ao SDI, consideram a mobilização de poupança e crédito como um dos módulos de construção fundamentais numa estratégia de mexer diversas panelas (ver *Guia prático 5 sobre Financiamento habitacional* para mais informações).

É importante que autoridades governamentais e formuladores de políticas entendam por que as OCs estão engajadas em muitas atividades diferentes simultaneamente, e reconheçam que o envolvimento entre governo e organizações comunitárias precisa passar por diversos setores e departamentos.

DO CONFRONTO À NEGOCIAÇÃO, DA RESISTÊNCIA À COLABORAÇÃO

A natureza do envolvimento entre OCs e o Estado pode variar desde resistência/contestação até colaboração/parceria, dependendo das condições predominantes. Em muitos casos, esses relacionamentos evoluem de um conflito inicial, quando as OCs lutam para atrair a atenção do Estado local para suas dificuldades, para uma posterior colaboração, parceria e, em alguns casos, total cooptação. As OCs, em sua luta para mobilizar recursos, também se envolvem com organizações não governamentais (ONGs) e agências internacionais. Isso causa um impacto inevitável na forma da organização, na interação entre a liderança da organização e a comunidade mais ampla, e pode ter um efeito negativo na sustentabilidade de longo prazo da organização.

Deve-se observar, porém, que colaboração e contestação não são mutuamente excludentes. Os processos de desenvolvimento podem incluir simultaneamente colaboração e contestação entre uma OC e o Estado, uma vez que os processos de desenvolvimento inevitavelmente geram conflito. Enquanto a legislação e as políticas podem alterar o equilíbrio do poder na teoria, é no estágio de implementação que o conflito costuma irromper. Por exemplo, é frequente que os programas de urbanização e melhorias de

favelas provoquem reações e resultem em contestação entre os diferentes interessados da comunidade e no contexto urbano mais geral. Portanto, é importante que sejam definidos e utilizados mecanismos de solução de conflitos.



Movimentos comunitários que nascem de lutas contra o despejo transformaram-se em líderes proativos no processo de encontrar soluções para problemas de moradia em suas cidades.

“NÃO SE DEVE DECIDIR NADA SEM A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE”



A única constante: Projetos vêm e vão, ONGs partem ou mudam de foco, doações secam, paradigmas de desenvolvimento entram e saem de moda, profissionais seguem suas carreiras, governos mudam e burocratas são transferidos. O nível de fluxo no mundo do desenvolvimento é inquietante, mas é um fato. A única constante são as comunidades carentes. Depois que milhões foram gastos e que os consultores foram embora, as pessoas ainda precisarão de um lugar seguro para viver, de um emprego, de um banheiro e de uma torneira.

Organizações sem fins lucrativos e ONGs podem ser aliados vitais das organizações comunitárias, fornecendo apoio e reforço de várias maneiras. As ONGs também podem ser um elo valioso entre os sistemas formais e a realidade, o bom-senso e a confusão que constitui a vida dos pobres. Mas a orientação das organizações comunitárias fortes às suas ONG parceiras é que as comunidades podem falar por si mesmas, e devem se relacionar com as organizações do governo diretamente, e não através das ONGs. Nas palavras de uma publicação da ONU-HABITAT sobre o envolvimento de grupos comunitários locais em processos relacionados à terra: “não se deve decidir nada sem a participação da comunidade”.⁷

As ONGs desempenharam um importante papel na ajuda às comunidades carentes de muitos países africanos a se organizarem em organizações autogeridas, com capacidade e escala suficientes para abordar todos os tipos de problemas que enfrentam, desde terras e moradia até acesso a serviços básicos, problemas de saúde e bem-estar, e melhores oportunidades de emprego. Ainda há alguns

países em que as organizações comunitárias autônomas (e respectivas ONGs de apoio) são percebidas como uma ameaça à estabilidade nacional e mantidas sob controle rígido. Mas em muitos países as ONGs tiveram liberdade para se aliar às OCs, e essas alianças ONG–comunidade levaram a algumas soluções empolgantes e inovadoras para os problemas de moradia e pobreza urbana.

Nas últimas décadas, as ONGs foram sendo cada vez mais aceitas como atores-chave nas novas parcerias, que permitiram aos governos centrais e locais estabelecer o diálogo e *joint ventures* com organizações comunitárias para tratar de problemas como redução da pobreza, moradia e serviços básicos. Mesmo assim, é importante que as ONGs resistam ao hábito de dominar ou falar em nome de seus parceiros comunitários – o que nem sempre é fácil. Para isso, é preciso que as organizações comunitárias tenham acesso a todas as informações disponíveis para as ONGs e que as prioridades e estratégias de ação sejam impulsionadas pelo que a comunidade decide, e não pelo que as ONGs acham que deveria acontecer.

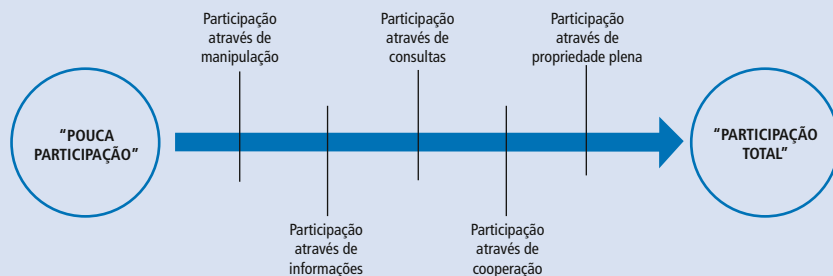
AS ONGS NA ÁFRICA

As ONGs podem ter um papel crucial no apoio às OCs e na introdução de abordagens inovadoras de desenvolvimento. Além disso, prestam um importante serviço – por exemplo, em 2003, ONGs administravam 50% dos hospitais e 87% das clínicas e centros médicos do Quênia.⁸

Assim como com as OCs, as ONGs da África espelham as amplas variações de governança encontradas no continente. Em grande parte da África, fortes ONGs estiveram na linha de frente da luta por desenvolvimento e democracia, enquanto em outras regiões do continente elas são fracas, inseguras e vulneráveis à repressão. Gana, Quênia, Senegal, África do Sul e Zimbábue abrigam um grande número de ONGs, e muitas desempenharam um papel crítico no fomento de reformas políticas em nível nacional. Entre as ONGs importantes que estiveram à frente do trabalho de desenvolvimento comunitário na África encontram-se Development Works (Angola), Environnement et Développement du Tiers Monde (ENDA) (Senegal), Mazingira Institute (Quênia), Shelter Forum (Quênia) e Community Organization Resource Centre (CORC) (África do Sul). A CORC é a ONG que funciona como um braço de apoio para a afiliada do SDI na África do Sul; semelhantes ONGs de apoio ao SDI em outras partes da África incluem Pamoja Trust no Quênia, People's Dialogue Ghana (PDG) in Gana, Centre for Community Initiatives (CCI) na Tanzânia, Centre for Community Organization and Development (CCODE) em Malauí, People's Process on Housing and Poverty in Zambia (PPHPZ) na Zâmbia, Dialogue on Shelter no Zimbábue e Namibia Housing Action Group (NHAG) na Namíbia.

A África do Sul tem um setor de ONGs particularmente forte – ONGs para o desenvolvimento urbano na África do Sul incluem Afesis-Corplan em East London, Built Environment Support Group (BESG) em Pietermaritzburg, Development Action Group (DAG) na Cidade do Cabo e Planact em Johannesburg.

A CONTINUUM OF PARTICIPATION



OS DIFERENTES TIPOS DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Existem muitos meios de participação das comunidades no processo de resolução de problemas de terra, moradia, subsistência e acesso a serviços básicos. Como enfrentam esses problemas diretamente, são elas que em geral os entendem melhor e têm a mais forte motivação para resolvê-los. Apesar disso, muitos órgãos governamentais e agências de desenvolvimento não as consultam e tentam impor suas ideias através de projetos e programas, e às comunidades só é permitido ter uma participação bastante insignificante. De modo semelhante, a democracia representativa nem sempre é totalmente participativa, com espaço suficiente para consultas às comunidades por parte dos líderes eleitos localmente. A participação comunitária pode ocorrer de algumas das maneiras listadas abaixo. A melhor forma de participação em situações diferentes pode variar, dependendo da capacidade da comunidade e da natureza do projeto. A participação através do recebimento de informações ou de manipulação por outros grupos interessados, no entanto, não é uma forma real de participação, e devem ser evitadas.

1. **Participação através da propriedade plena:** As comunidades controlam as tomadas de decisão e o governo entra nas iniciativas quando solicitado pela comunidade. Nessa forma de participação, o governo responde e apoia, em vez de liderar o processo, e a comunidade gerencia, implementa e controla as iniciativas que ela mesma concebeu, de acordo com as necessidades e prioridades que identificou.
2. **Participação através da cooperação:** Aqui, governo e comunidades cooperam trabalhando na direção de uma meta compartilhada, com uma forma forte de tomada de decisão comunitária, muitas vezes facilitada por ONGs. As comunidades são envolvidas num estágio inicial, e os grupos vulneráveis dentro das comunidades (em geral, mulheres) são encorajados a participar.
3. **Participação através de consultas:** A participação das comunidades é buscada com boas intenções, normalmente por fóruns organizadores que dão às pessoas a oportunidade de compartilhar suas opiniões sobre a intervenção planejada. Mesmo quando as tomadas de decisão e as informações são controladas por uma agência externa, o projeto pode ser adaptado no processo para ajustar-se melhor às necessidades locais, com base no que surge nesses fóruns. As comunidades podem não ter muito controle, mas o fato de expressarem suas opiniões dá ao projeto algum grau de responsabilização.
4. **Participação através de informações:** Pode parecer que a comunidade está participando, mas ela está apenas recebendo informações sobre o que vai acontecer, quer goste ou não. As pessoas não têm espaço para expressar suas opiniões ou influenciar mudanças, e o processo em geral não é transparente. O objetivo desse tipo de “participação” normalmente é reduzir uma possível resistência a um projeto (como entregar a terra da comunidade para a ampliação de estradas).
5. **Participação através de manipulação:** Nessa forma de “participação”, as comunidades só são incluídas por razões de exploração. Não há tomadas de decisão participativas e as comunidades são usadas sobretudo para ganho político, mão de obra gratuita, recuperação de custos ou para satisfazer a condições dos doadores.⁹

PARCERIAS: QUATRO EXEMPLOS DE COMO AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS PODEM AJUDAR OS GOVERNOS A RESOLVER PROBLEMAS DE ACESSO À TERRA, MORADIA, SERVIÇOS BÁSICOS E POBREZA NAS CIDADES AFRICANAS

Parcerias entre o governo local e outros interessados são importantes porque os problemas de terra, moradia e serviços nas cidades africanas são grandes demais e complexos demais para governos locais e centrais, comunidades ou agências de desenvolvimento resolverem sozinhos. Boas soluções para esses problemas que chegam à escala de necessidade na cidade exigem parcerias, mas formar parcerias não é fácil – especialmente entre os pobres e o Estado, que têm uma longa história de desconfiança mútua para superar. Conflitos internos entre organizações parceiras podem tornar as parcerias ainda mais difíceis.

Os parceiros têm de trabalhar muito para o sucesso da parceria. Um dos princípios de qualquer boa parceria é encontrar um meio para cada parceiro fazer o que faz melhor, e deixar os outros fazer o que fazem melhor, e assim as partes se somam num todo viável. Esse tipo de solução de problemas é muito versátil e produz algumas das melhores soluções. Mas parcerias exigem tempo, e só podem ser desenvolvidas com a prática.

Existem muitas coisas que os pobres fazem melhor e com mais eficiência do que o Estado. As comunidades informais já contêm toda a expertise necessária para construir cidades: pedreiros, carpinteiros, bombeiros hidráulicos, eletricitistas, operários. Quando se acrescenta confiança, habilidades, dimensão, inovação e capacidades organizacionais que as organizações comunitárias da África construíram, aprimoraram e ampliaram ao longo de décadas, tem-se potencialmente um grande recurso à disposição para a solução de



problemas. Se as habilidades abrigadas nessas organizações comunitárias podem construir cidades, também podem ser canalizadas para melhorar as vidas das grandes populações nas cidades africanas que foram deixadas de fora do processo de desenvolvimento.

A parceria entre governos e comunidades carentes é relativamente nova. Para que órgãos governamentais formem parcerias com comunidades, ajustes nas atitudes e nas mentalidades são necessários de ambos os lados. Mas esse tipo de parceria e a devolução do controle que ela envolve, representa uma estratégia para os governos atingirem uma genuína descentralização e a total participação dos pobres nos programas que afetam suas vidas.

Há vários exemplos de parcerias bem-sucedidas entre governos locais e OCs para

tratar dos problemas de desenvolvimento urbano da África (p.ex., acesso à moradia e infraestrutura, regeneração urbana e gestão de resíduos), e alguns deles são discutidos nas páginas a seguir. Os resultados dessas parcerias compreendem alguns dos trabalhos mais inovadores e empolgantes ocorrendo atualmente na área de desenvolvimento. Esses

projetos mostram que governos e comunidades carentes podem trabalhar juntos, e que é melhor para todos quando isso acontece.

Para mais discussões sobre como governos locais e OCs podem trabalhar juntos, ver *Guia prático 8 sobre Governo local*.

1. Parceria com organizações comunitárias para a habitação

PROJETO DE PARCERIA CONDUZIDO PELA COMUNIDADE PARA PROMOVER O ACESSO À TERRA E MORADIA EM GOBABIS, NAMÍBIA

Devido aos preços inacessíveis das terras e moradias para as famílias pobres, cerca de metade da população da cidade de Gobabis, na Namíbia, vivia em moradias informais. A maioria dessas famílias não tinha acesso a banheiros. Em resposta às precárias condições de habitação, os moradores estabeleceram o Grupo de Poupança de Hatago em 1998. Coletando modestas e regulares economias diárias, com o tempo a comunidade conseguiu acumular fundos para iniciar negociações, em 1999, para a obtenção de terras. Em janeiro de 2002, o grupo de poupança comprou um terreno urbanizado para 50 membros. O município vendeu a terra para o grupo de poupança a um preço altamente subsidiado (menos de um sétimo do custo normal de terrenos individuais na cidade). O desenvolvimento teve início em seguida.

A capacitação do Grupo de Poupança de Hatago para implementar o projeto foi feita pelo Namibian Housing Action Group (NHAG) e o Shack Dwellers Federation of Namibia (SDFN). O NHAG facilitou o treinamento técnico na contabilidade dos materiais de construção, produção dos módulos de construção e construção das casas. A comunidade deu significativa contribuição humana, resultando numa redução de 25% dos custos de construção, fazendo eles mesmos módulos de construção e escavações. Os membros gerenciaram o projeto, encarregaram-se da contabilidade, treinaram outros grupos e controlaram os registros dos materiais de construção.

O município doou fundos para um Centro Comunitário, e empréstimos imobiliários foram obtidos como parte do programa do governo federal "Build Together". Financiamento adicional para o projeto foi obtido do Twahangana Fund do SDFN. Em 29 de março de 2003, a primeira casa foi entregue e o Centro Comunitário, inaugurado. Em 2004, a comunidade e o município formaram uma equipe que se reunia regularmente e assim desenvolveram outras estratégias de acesso à terra; subsequentemente, terrenos para outras 70 casas foram obtidas. O município de Gobabis criou vários projetos para melhorar o acesso a banheiros públicos e água para a comunidade.

A Comunidade de Hatago demonstrou que um processo conduzido pela comunidade pode resultar em terrenos e moradias a preços acessíveis. O reconhecimento da autoridade local e o apoio financeiro do governo nacional (na forma de crédito imobiliário a juros baixos) permitiram que o projeto atendesse às necessidades de moradia de famílias pobres. Além disso, a parceria entre os interessados locais levou a outras iniciativas de desenvolvimento na cidade.¹⁰

O PROJETO TWIZA RAJAA EM NOUAKCHOTT, MAURITÂNIA

Rajaa é um bairro na prefeitura de Riadh na cidade de Nouakchott, Mauritânia. Em 1999, o governo havia organizado 422 lotes de terra em Rajaa, que se situa num aterro sanitário na periferia da cidade. Em 2002, apenas cerca de 100 famílias viviam em Rajaa, principalmente famílias chefiadas por mulheres de área nômades que haviam se mudado para Nouakchott à procura de trabalho. Essas famílias viviam em barracos. A comunidade foi organizada em *twizas*, que consistem em pequenos grupos comunitários de autoajuda e poupança com cinco a 10 membros cada um. Com o apoio da Fundação CEAR, da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), da Universidade Politécnica de Madri, do governo mauritano e do município (a Comunidade Urbana de Nouakchott), um empreendimento habitacional foi iniciado em 2002.

Membros da comunidade foram treinados para a fabricação de materiais de construção e construção de casas. Cooperativas comunitárias formaram-se para fabricar materiais de construção (por exemplo, blocos de cimento), construir as casas e administrar o suprimento de água para a comunidade.

Ao todo, 123 casas foram construídas no projeto, com base num modelo tradicional de cômodos ao redor de um pátio. A primeira casa foi concluída em julho de 2003, e a última, em agosto de 2005.

As casas foram financiadas em parte por doações da AECI e em parte por empréstimos a membros da comunidade. As *twizas* se envolveram na gestão do esquema de empréstimos e na manutenção contínua da área e do abastecimento de água.¹¹

2. Parceria com organizações comunitárias para provisão de infraestrutura

PARCERIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A COMUNIDADE PARA PROVISÃO DE ÁGUA EM NAKURU, QUÊNIA

Nakuru é uma cidade do Quênia com uma população de mais de 400 000 habitantes, que vem crescendo rapidamente. O acesso à água tornou-se um problema sério, resultando num grave surto de cólera em 2000. Em seguida, representantes da comunidade defenderam a instalação de quiosques de água em áreas localizadas a uma distância curta, a ser percorrida a pé, acessível a moradores de baixa renda. Isso forneceria um fonte confiável de água limpa aos indivíduos que, antes, eram forçados a usar fontes desconhecidas (e não monitoradas) de água.

O Conselho Municipal, então, abordou a comunidade internacional com uma proposta de financiar a implementação e a construção de cinco quiosques de água em áreas de baixa renda. Componentes do projeto incluíam treinamento e conscientização, construção dos quiosques de água, ligação da tubulação aos quiosques, operação e manutenção, e documentação da atividade. O Conselho Municipal de Nakuru trabalhou ao lado de uma OC, o Naroka Greeners Self Help Group. O grupo identificou as necessidades da comunidade e trabalhou para sensibilizar seus integrantes sobre problemas ambientais como disposição segura de resíduos líquidos, uso de água potável e gestão adequada da água. O grupo também forneceu mão de obra para executar as valas para assentamento da rede de bombeamento, e encarregou-se de administrar os quiosques de água. O Conselho Municipal de Nakuru forneceu a expertise técnica e vendia a água a granel ao Naroka Greeners, que por sua vez vendia a água a preço de varejo. Durante 2005, o grupo teve uma média de 9–10 empregados e a receita anual foi de cerca de USD17 000, com um superávit de aproximadamente USD6 000.

Elementos-chave do processo incluíram:

- planejamento comunitário participativo;
- capacitação da OC para assegurar a administração adequada dos quiosques de água;
- governança inclusiva para assegurar a administração mais diversificada e sustentável da iniciativa;
- recursos internos e externos foram ligados e alavancados.

O projeto beneficiou a comunidade de muitas maneiras. Primeiro, forneceu acesso a água limpa, reduzindo assim o risco de doenças associadas à falta de saneamento. Segundo, o tempo gasto pelas mulheres andando para buscar água foi significativamente reduzido, liberando tempo para outras atividades produtivas. Terceiro, os quiosques de água criaram oportunidades de emprego para vários membros da comunidade. Por último, os quiosques geram renda para o Conselho Municipal através da venda de água potável segura e confiável para indústrias.

A experiência de Nakuru mostra a importância de uma abordagem fortemente integrada e da consulta aos interessados para as tomadas de decisão.¹²

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS URBANOS EM LUANDA, ANGOLA

As últimas quatro décadas de conflito quase contínuo em Angola resultaram na remoção de mais de um terço da população e num dano imenso a propriedades e infraestrutura. Esse conflito urbanizou Angola, com estimados 60% da população agora vivendo nas cidades, três quartos deles em assentamentos informais (*musseques*) na periferia urbana, sem acesso a água canalizada nem saneamento básico. Os moradores dos *musseques* têm de comprar água, a um preço muito alto, de fornecedores informais, que por sua vez compram água de particulares que transportam de caminhão a água proveniente do rio Bengo. A água é muito cara: moradores do assentamento informal pagam USD16,90/m³, cerca de 800 vezes o preço oficial pago pela água canalizada por moradores da área formal da cidade. O sistema misto de águas pluviais/esgoto só atende a 10% da população, e a coleta de lixo sólido só é feita nas áreas formais.

Em resposta a essas condições, a prestação de serviços urbanos como água, saneamento básico e coleta de lixo sólido foi feita através de um projeto chamado Sustainable Community Services Project (SCSP), uma parceria entre comissões de moradores, a ONG Development Workshop, o governo local e prestadores de serviços. Embora as comissões de moradores estejam assumindo grande parte da responsabilidade pela prestação de serviços urbanos, a comunidade busca envolver a administração local e encorajá-la a desempenhar um papel maior em projetos de desenvolvimento.

Foram constituídos comitês de água em muitos *musseques*, que são responsáveis por manter pontos de água e por coletar dinheiro dos usuários para sua conservação e manutenção. As mulheres têm um papel ativo na organização dos comitês de água, ocupando 64% das posições nos comitês de fontes públicas e formando 60% dos mobilizadores da comunidade responsáveis por promover os projetos em novas comunidades. De modo semelhante, as comissões de moradores também estão assumindo a responsabilidade pela coordenação de atividades de saneamento básico e coleta de lixo sólido. Com o apoio da Development Workshop e outros doadores, os moradores construíram quase 10 000 latrinas em escolas e residências locais.¹³

3. Parceria com organizações comunitárias para a regeneração urbana

PARCERIA EM PROGRAMAS DE URBANIZAÇÃO E MELHORIAS DE ASSENTAMENTO EM MANENBERG, ÁFRICA DO SUL

Manenberg é um distrito da Cidade do Cabo, África do Sul, estabelecido pelo antigo governo do *apartheid* para pessoas “de cor” oriundas dos centros decadentes e reassentadas na desolada área conhecida como Cape Flats, na periferia da cidade. A área de reassentamento, como muitas outras em Cape Flats, tornou-se depressa um viveiro de uma violenta cultura de gangues e traficantes de drogas, com alcoolismo e extrema pobreza afetando muitas famílias.

Apesar da democratização da África do Sul e da exclusão de restrições raciais quanto ao local onde as pessoas podem morar, a comunidade de Manenberg continua enfrentar diversos desafios sociais e econômicos, incluindo altos níveis de desemprego, superpopulação, abuso de drogas e muitos outros problemas relacionados a gangues. Tiroteios nas ruas são comuns, com muitos moradores, entre eles crianças, tornam-se vítimas do fogo cruzado. O Manenberg Education Development Trust (MEDT) foi criado por um grupo de ex-ativistas antiapartheid que nasceram e cresceram em Manenberg, para fornecer bolsas de estudos a alunos talentosos da área para ajudá-los a progredir em sua educação.

Após a morte violenta de um estudante da Manenberg High School em 2005, o grupo se deu conta de que dar bolsas de estudos não era o suficiente para enfrentar desafios socioeconômicos profundamente enraizados na comunidade, e que era preciso expandir o programa. Isso gerou a Proudly Manenberg Initiative, liderada por membros da comunidade, que visa construir uma “Manenberg vibrante e digna”.

A Proudly Manenberg conta com diversos programas de desenvolvimento social, tendo formado parcerias estratégicas para erradicar os problemas que a comunidade enfrenta. O Clean and Green Project, por exemplo, visa limpar e embelezar o bairro e ao mesmo tempo oferecer oportunidades de emprego aos moradores locais. O projeto emprega 110 pessoas de dentro da comunidade para manter e limpar as ruas de Manenberg. A iniciativa também envolve os membros da comunidade no combate ao crime e ao gangsterismo, constituindo comissões de rua e vigilâncias de bairro. Anualmente, também organizam o Manenberg Street Festival, evento de três dias que dá a artistas e empreendedores da área a oportunidade de exibir seus talentos e vender seus artigos e serviços. A iniciativa teve muito sucesso e conseguiu mudar a imagem de Manenberg de uma área dominada pelo crime e infestada de gangues para um bairro vibrante e positivo.

Em 2007, os esforços da comunidade de Manenberg foram formalmente reconhecidos pelo governo da província, quando o premier da Província de Cabo Ocidental assinou um memorando de entendimento com a Proudly Manenberg, e alocou à organização cerca de USD85 000 ao longo de um período de três anos, para financiar gastos e custos operacionais relativos à implantação de diversos programas de melhoria social na área.

Mais recentemente, a Proudly Manenberg criou uma firma de investimentos, a De Laan Investments, para assegurar independência, sustentabilidade e desenvolvimento econômico. A De Laan gerencia e supervisiona diversos projetos de desenvolvimento econômico. Entre estes se encontra uma cooperativa de segurança que emprega 10 moradores e ajuda a fornecer segurança à área industrial, Waterfront Industrial Park; fornecedores de refeições que se unem e compartilham equipamentos e habilidades para poderem atender a grandes eventos e projetos; e uma cooperativa de roupas que emprega 11 mulheres e fornece roupas a preços acessíveis a escolas e clubes da comunidade.¹⁴

ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM LAGOS

As associações de desenvolvimento comunitário desempenham um papel crucial na gestão e revitalização de Lagos. A região metropolitana de Lagos representa menos de 2,5% do território da Nigéria, mas abriga pelo menos de 8% de sua população total, com a migração interna respondendo por 65% do crescimento populacional em Lagos. Essa rápida urbanização foi acompanhada por desafios espaciais na forma de alastramento urbano e outros desafios socioeconômicos. Alguns desses desafios incluem a escassez de moradias, aumentada em quase 10 vezes desde a década de 1960, altos índices de desemprego, meios de transporte e demais infraestruturas inadequados e deteriorados, e um grave problema de resíduos sólidos. Esses desafios podem ser atribuídos sobretudo à rápida urbanização na ausência de verdadeiro crescimento econômico, bem como a respostas fracas e inadequadas por parte do Estado.

Argumenta-se que os residentes urbanos pobres e suas associações tiveram um importante papel para evitar que a cidade de Lagos implodisse e mergulhasse no caos, como fora previsto. Os residentes urbanos pobres e as associações de desenvolvimento comunitário colaboraram para transformar a cidade ao assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de terras e moradias, transformando áreas da cidade anteriormente arruinadas em bairros vibrantes, e gerenciando a coleta de resíduos sólidos. Por exemplo, um quinto dos 42 assentamentos que eram considerados áreas “arruinadas” na década de 1980, com base em diversos critérios, não podia mais ser descrito assim no ano 2000. Os moradores e suas organizações também atuaram na criação de microempresas informais como gráficas, reciclagem de lixo, transporte, serviços de segurança, etc. A economia informal de Lagos aumentou cerca de 20% a 70% da força de trabalho entre 1980 e o fim da década de 1990.

Outras associações de desenvolvimento comunitário de Lagos tiveram papel ativo no desenvolvimento de infraestrutura e prestação de serviços, pavimentando ruas, construindo portões de segurança, mantendo tubulações e torneiras de água públicas, encarregando-se dos serviços de limpeza após inundações graves e até mesmo estabelecendo operações de segurança para lidar com problemas de criminalidade. As associações de desenvolvimento comunitário também criaram meios inovadores de lidar com desafios como despejos e remoções induzidos pelo mercado, e no processo fizeram *lobby* junto ao Estado para fornecer serviços muito necessários. Por exemplo, quando grupos comerciais poderosos se interessaram por uma porção de terra bem localizada e, portanto, altamente valorizada em Wasimi, a comunidade local, liderada pela associação de desenvolvimento comunitário, iniciou o projeto de desenvolvimento de uma escola primária e secundária no terreno e trouxe a mídia para gerar publicidade e interesse em torno do caso como uma maneira de garantir as terras. O governo estadual, forçado pela crescente pressão de outras associações de voluntários que também uniram suas vozes ao caso, respondeu concluindo a construção da escola, bem como providenciando equipamentos e pessoal. Na comunidade de Oluwa, onde o crime era um imenso problema, a associação de desenvolvimento comunitário também utilizou meios inovadores para combater o crime, recrutando e treinando jovens desempregados como guardas de segurança pagos, em vez de usar soluções de segurança convencionais. Isso melhorou significativamente a segurança na comunidade e levou a uma colaboração mais estreita entre os jovens guardas de segurança e a polícia local, que passou a apoiar-se nas informações fornecidas pelos guardas para prender e processar criminosos.¹⁵

4. Parceria com organizações comunitárias para a gestão de resíduos

OS CATADORES DE LIXO ZABALEEN DO CAIRO

Os *zabaleen* – uma comunidade de maioria cristã cóptica – eram inicialmente lavradores sem-terra do distrito rural de El Badary, em Assiut, que foram para o Cairo em busca de trabalho nas décadas de 1930 e 1940. Eles colaboraram com outro grupo de migrantes, os *wahiya*, que haviam se responsabilizado pela coleta e disposição do lixo doméstico no Cairo. Os catadores de lixo *zabaleen* organizaram-se numa associação chamada Gammiya Garbage Collectors Association.

A colaboração entre os *wahiya* e os *zabaleen* consiste numa parceria na qual os *wahiya* controlam os direitos sobre o lixo e a coleta e os *zabaleen* são responsáveis pela coleta e disposição do lixo doméstico. Os *zabaleen* habitam sete assentamentos de catadores de lixo na região do Grande Cairo, dos quais o maior é o de Muqattam. Esses assentamentos são bem localizados, pois são próximos ao centro da cidade e dispõem de bons acessos rodoviários. O assentamento de Muqattam é o lar de cerca de 20 000 pessoas, todas ganhando a vida com atividades relacionadas ao lixo.

Em 1981, o Banco Mundial financiou um programa de urbanização e melhorias do assentamento de Muqattam chamado Zabaleen Environmental Development Programme (ZEDP), que atraiu consideráveis recursos financeiros de doadores internacionais, como Fundação Ford e Oxfam. O ZEDP foi coordenado por uma ONG local, Environmental Quality International (EQI).

Um importante componente do ZEDP foi um programa de crédito, iniciado pela associação de desenvolvimento comunitário de Gammiya, que permitiu que os *zabaleen* estabelecessem empresas de reciclagem comunitárias. Com empréstimos concedidos pelo programa de crédito, eles compraram máquinas granuladoras de plásticos e para tecer tapetes, o que lhes permitiu gerar mais renda com suas atividades de reciclagem. Uma usina de compostagem que transformava lixo sólido em fertilizante também foi criada.

Em 1989, os *zabaleen* e os *wahiya* estabeleceram uma nova empresa de coleta de lixo mecanizada, a Environmental Protection Company (EPC). Na nova organização, os *zabaleen* são contratados pelos *wahiya* para coletar e dispor o lixo doméstico do Cairo. Os *zabaleen* e o governo local dividiam a responsabilidade pela gestão dos resíduos sólidos, mas, com a criação da EPC, os *wahiya* e os *zabaleen* tornaram-se atores-chave na coleta e disposição dos resíduos sólidos no Cairo. Outro importante ator é a ONG, EQI.

Este é um exemplo de como uma associação de desenvolvimento comunitário pode assumir o papel do governo local. Neste caso, a associação dos *zabaleen* assumiu quase total responsabilidade pela gestão dos resíduos sólidos no Cairo, a um custo muito baixo para o governo local. Informalmente, os *zabaleen* lidam com um terço do lixo do Cairo; 3 000 toneladas de lixo são coletadas todos os dias, e cerca de 85% desse lixo é reciclado através de microempresas da comunidade que geram renda e emprego para cerca de 40 000 pessoas na comunidade. Em meados da década de 1990 havia 700 famílias proprietárias de empresas de coleta de lixo; 200 famílias eram proprietárias e operavam pequenas e médias empresas de reciclagem e 120 famílias tinham empresas de comércio.

OS CATADORES DE LIXO ZABALEEN DO CAIRO (CONTINUED)

A associação dos *zabaleen* demonstra como, através da mobilização e da organização, uma comunidade pode obter uma significativa melhora em suas condições de vida. A renda gerada pelas atividades de reciclagem foi investida na melhora de suas moradias. Desde 1981, os *zabaleen* investiram USD5,1 milhões na construção de novas casas. Isso gerou mais oportunidades de emprego e geração de renda, através de indústrias e serviços subsidiários, como carpintaria e venda de materiais de construção e eletrodomésticos. O programa de crédito iniciado pela Gamiya evoluiu para um esquema de poupança para microempresas, melhorias e construção de moradias, instalação de infraestrutura e estabelecimento e gerenciamento de serviços básicos, como eletricidade. Os *zabaleen* também conseguiram introduzir programas de saúde que reduziram significativamente a mortalidade infantil na comunidade, diminuindo de 240 por 1 000 em 1979 para 117 por 1 000 em 1991.¹⁶ Também investiram na educação dos filhos, com mais crianças, em particular meninas, matriculadas na escola.

SEIS MANEIRAS DE O GOVERNO LOCAL APOIAR AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Os governos locais podem apoiar as OCs de diversas maneiras. Em alguns casos, o apoio envolve simplesmente criar o espaço para as OCs agirem, enquanto em outros pode exigir trabalhar ativamente em conjunto com elas.

As seis sugestões abaixo são passos importantes que os governos locais podem dar. É importante lembrar, porém, que os pobres urbanos não são todos iguais. A pobreza urbana afeta homens, mulheres, crianças, jovens e velhos e outros grupos vulneráveis de modos diferentes. Comunidades em áreas diferentes e pessoas dentro das comunidades podem ter necessidades, problemas e prioridades diferentes e viver em vários níveis de pobreza.

1. Reconhecer e trabalhar com as OCs

É essencial que os governos locais reconheçam as organizações comunitárias dos pobres como parceiros legítimos e valiosos no desenvolvimento de soluções duradouras para problemas de terra, moradia, infraestrutura e pobreza. Os governos locais devem sempre buscar o envolvimento ativo e central dos pobres e suas organizações na formulação de qualquer política, plano, programa ou projeto que os afete. É particularmente importante envolver as organizações comunitárias como atores-chave em todos os problemas sociais ou de desenvolvimento voltados para moradia, terra, saúde, bem-estar e educação.

2. Apoiar iniciativas de mapeamento e recenseamento comunitários

Apoiar exercícios de mapeamento comunitário e recenseamento comunitário é um modo de os governos locais ajudarem a capacitar as organizações comunitárias e ao mesmo tempo obter informações valiosas essenciais para o planejamento urbano e para fins de gestão urbana.


Para organizações comunitárias em toda a África, uma parte importante de seu processo

de reunião de dados é fazer mapas do assentamento, que incluem casas, lojas, ruas, pontos de água, postes de eletricidade e pontos problemáticos, para que as pessoas possam visualizar sua situação física. O mapeamento é uma ferramenta vital de capacitação quando chega a hora de planejar melhoramentos no assentamento e avaliar intervenções de desenvolvimento. Esses mapas também tornam possível para as comunidades mostrar de onde vêm os problemas que os governos podem culpá-las de criar – por exemplo, mostrar que a poluição nos rios ou canais ao redor do assentamento vêm de fábricas, sistemas de esgoto ou outras fontes em outras partes da cidade. O mapeamento também

ENUMERATION RECENSEAMENTO EM MALAUÍ MALAWI

A Federação dos Sem-Teto de Malaui e sua ONG de apoio, Centre for Community Organization and Development (CCODE), conduziram um exercício de recenseamento e mapeamento, e identificaram água e saneamento como as preocupações mais urgentes para as comunidades que vivem em favelas. A comunidade foi integralmente envolvida em todos os aspectos do projeto de água e saneamento, desde a identificação de locais adequados para pontos de água até o desenvolvimento de esquemas de saneamento e sistemas de gestão da água conduzidos pela comunidade. Também fizeram planos para o futuro gerenciamento dos serviços e montaram esquemas de poupança para empregar vigilantes e comprar suprimentos para futuros reparos. Essa iniciativa foi reproduzida em assentamentos pobres em Blantyre, Lilongwe e Mzuzu, e o número de moradores de favelas com acesso a água limpa e saneamento aumentou para mais de 440 000.¹⁷

POR QUE A POUPANÇA COLETIVA É TÃO IMPORTANTE PARA OS POBRES?

1. É um modo simples e direto para os pobres cuidarem de suas necessidades imediatas. A poupança e o crédito administrados pela comunidade requerem que seus membros trabalhem juntos regularmente e que tomem decisões conjuntas sobre atividades que afetam suas vidas, através de um mecanismo que é fundamentado, simples e envolve rituais regulares diretamente relacionados às suas necessidades rotineiras. A poupança coletiva fornece aos pobres uma base de recursos que eles controlam, e cria um processo permanente em que aprendem sobre as vidas uns dos outros, a administrar situações juntos e a relacionar-se com sistemas de fora com maior força financeira. A prática de economizar diariamente começou em comunidades pobres da África do Sul e Índia, mas a ideia desde então espalhou-se pela África e Ásia. A economia diária permite que um grupo de poupança finque novas raízes numa comunidade – raízes que aproximam as pessoas e se aprofundam muito mais do que a economia mensal. A economia diária também atrai os mais pobres da comunidade, que ganham a vida em bases diárias e têm dificuldade de fazer parte de um processo de poupança mensal. E, quando as pessoas economizam e pagam seus empréstimos diariamente, os pagamentos são menores, mais regulares e menos intimidantes do que um grande pagamento mensal, ajudando, assim, a tornar o pagamento de empréstimos mais gerenciáveis e a resolver dificuldades na sua liquidação.
- 
2. É uma maneira ativa de formar organizações comunitárias. A poupança é uma ferramenta que desenvolve um processo de autodesenvolvimento mais abrangente nos assentamentos pobres urbanos, no qual os próprios pobres (e grandes redes de comunidades carentes) gradativamente desenvolvem a confiança, a capacidade gerencial e a escala de que necessitam para se ligarem ao sistema formal e se tornarem atores mais fortes no processo de desenvolvimento urbano mais amplo.
 3. Cria uma estrutura para cooperação, ajuda mútua e ação coletiva. Ao conectar as pessoas regularmente, a poupança ajuda os pobres a trabalhar juntos para enfrentar os grandes problemas da pobreza, como segurança da posse, moradia, serviços básicos, subsistência e bem-estar. Ao construir uma estrutura para gerenciar essas tarefas de desenvolvimento mais complexas, os grupos de poupança podem ajudar a apoiar o desenvolvimento holístico de uma comunidade.
 4. Aumenta o poder e o dinheiro. Grupos de poupança individual podem ser capazes de cuidar de muitas das necessidades internas da comunidade. E organizações comunitárias sem poupança também podem se unir e organizar o poder das pessoas até certo ponto. Mas com a poupança e o crédito no centro do processo, tem-se dinheiro e poder: os dois elementos essenciais para melhorar a vida dos pobres.
 5. Capacita as pessoas para assumir projetos de desenvolvimento maiores. A poupança desenvolve o tipo de capacidade gerencial coletiva que as comunidades necessitam para entrar em joint ventures com seus governos municipais. O ativo coletivo que a poupança representa pode ser uma poderosa moeda de barganha quando as comunidades negociam recursos externos para moradias e projetos de desenvolvimento e quando se conectam ao sistema formal.¹⁸

permite que membros da comunidade vejam como seu assentamento está (ou não) ligado aos fluxos de eletricidade, água e disposição de resíduos em outros locais da cidade, e comparar quão bem-servido está de hospitais, escolas, delegacias e outras instalações, em comparação aos subúrbios mais abastados.

Os recenseamentos do assentamentos e levantamentos de famílias realizados pelos próprios moradores podem ser ferramentas poderosas para iniciar o desenvolvimento. Quando os pobres fazem eles mesmos as entrevistas e a análise dos dados, isso pode ser um grande mobilizador da comunidade. Quando efetuam o levantamento de todos os assentamentos pobres e informais de uma cidade, as comunidades e suas redes muitas vezes reúnem dados jamais coletados antes sobre números, meios de subsistência, problemas e condições de vida de grandes segmentos da população urbana.

Como as informações reunidas pelas pessoas são em geral mais precisas e abrangentes do que qualquer outra que as autoridades têm, isso leva a um planejamento local melhor e mais adequado, e podem ser uma poderosa ferramenta para os pobres, no momento de negociar terras e acesso a direitos. Boas informações produzidas por levantamentos põem as comunidades numa posição mais proativa e menos defensiva quando entram nessas negociações. De posse de dados detalhados, também se torna mais fácil para os governos locais justificar a intervenção e saber onde fazê-la. Os levantamentos dão a cada pessoa num assentamento informal uma identidade oficial, muitas vezes pela primeira vez.

3. Apoiar iniciativas de poupança e crédito comunitários

Para as redes, federações e organizações comunitárias da África, a poupança comunitária tornou-se um dos elementos mais fundamentais em seu crescimento e sucesso para trazer mudanças à vida dos pobres. Através do apoio a iniciativas de poupança e crédito comunitários, os governos locais podem ajudar os residentes a ter acesso a mais financiamentos de outras

fontes para melhorar suas condições de vida. O *Guia prático 5 sobre Financiamento habitacional* traz mais detalhes sobre poupança e crédito comunitários e sobre como os governos locais podem apoiar isso.

4. Facilitar as parcerias de desenvolvimento local com as OCs

A seção deste Guia prático sobre parcerias contém estudos de caso que mostram como governos locais e OCs na África conseguiram formar parcerias bem-sucedidas para o fornecimento de moradias e infraestrutura, bem como para a regeneração urbana e projetos de gestão de resíduos. Existem também muitas possibilidades para parcerias de sucesso tratem de vários outros problemas de desenvolvimento urbano (ver *Guia prático 8 sobre Governo local* para mais ideias). É importante que os representantes eleitos e funcionários graduados tenham contato direto com as OCs que realizaram iniciativas bem-sucedidas para melhorar as condições de vida dos pobres, para que possam basear-se nesses exemplos de parcerias que deram certo.

Além de parcerias entre governos locais e OCs, os governos locais também podem facilitar iniciativas colaborativas entre organizações comunitárias e outros atores urbanos-chave como ONGs, universidades, instituições técnicas, arquitetos, grupos de sociedade civil e empresários do setor privado que respondem às necessidades das comunidades carentes.

5. Participar do estabelecimento de Fundos de Desenvolvimento Comunitário

“Fundo de Desenvolvimento Comunitário” (FDC) é um termo para uma variedade de instituições que foram criadas em muitos países nos últimos anos para conceder empréstimos e doações a comunidades carentes. Esses fundos são todos diferentes, criados para responder a necessidades locais, capacidades e contextos políticos muito diferentes. Alguns foram criados pelos governos, outros por ONGs ou federações comunitárias, tendo governos locais como parceiros. Seu capital para empréstimo vem de

VANTAGENS DA ABORDAGEM DO FDC

1. O dinheiro é “puxado” através do sistema pelas reais necessidades das pessoas, e não “empurrado” por agendas de desenvolvimento externo. A maioria dos fundos comunitários é formada pelos ativos financeiros e organizacionais que a poupança comunitária gera, e as necessidades e os projetos são determinados pelas pessoas: elas fazem o trabalho e gerenciam o dinheiro, e não agências, profissionais ou ONGs.
2. Oferecem um modo mais leve, flexível e eficiente de obter recursos de desenvolvimento diretamente para os pobres, sem a pesada burocracia e os custos administrativos altos que acompanham os projetos de desenvolvimento convencionais. Quando as comunidades envolvem-se no gerenciamento tanto do trabalho como do dinheiro, o resultado são sistemas muito mais eficientes e equilibrados que maximizam as habilidades disponíveis e minimizam custos.
3. Fornecem uma ferramenta de alavancagem financeira e política. Os FDCs podem fortalecer as iniciativas das pessoas colocando recursos e força institucional a seu lado quando negociam com seus governos, e ajudam-nas a pressionar o sistema de maneira proativa, em diversos níveis, por mudanças que considerem necessárias.
4. Ajudam a aumentar a transparência e a responsabilização. Um grande obstáculo no desenvolvimento comunitário é que as pessoas raramente sabem qual o dinheiro foi recebido: a ONG e as agências doadoras apropriam-se dele e a comunidade se torna um receptor, e não um participante. Mas, se todos sabem exatamente qual dinheiro está onde, todo o relacionamento muda. A participação está totalmente ligada ao controle do dinheiro. Se uma comunidade pode levantar, economizar e gerenciar fundos de maneira transparente e responsável, ela adquire poder e autonomia.
5. São de longo prazo. O desenvolvimento é um processo de longo prazo, não de curto prazo, e mudanças demoram. Como seu capital circula de empréstimo em empréstimo, os fundos comunitários são, naturalmente, mecanismos de longo prazo. Tornam-se um recurso para as comunidades fazerem o que for necessário, mesmo que leve muito tempo. Compare com o financiamento de projetos convencional, no qual o dinheiro, que é limitado pelo tempo, rapidamente desaparece.¹⁹

doadores, governos, poupanças comunitárias e instituições financeiras. O que eles têm em comum é o fato de serem leves, flexíveis e geridos em conjunto por comunidades, governos locais e outros interessados, e fornecerem empréstimos para moradia, infraestrutura e geração de renda a organizações comunitárias. Através do acesso facilitado ao financiamento, as iniciativas de desenvolvimento comunitário podem ser facilitadas, ampliadas e reproduzidas.

6. Apoiar a criação de redes e a troca de experiências entre OCS

Grupos de poupança e crédito dispersos e de pequena escala, quando se desenvolvem e amadurecem, quase que inevitavelmente se ligam a outros grupos e formam redes de maior escala com algum tipo de base financeira ou organizacional conectada. As redes fornecem apoio horizontal a comunidades individuais

e oportunidades para o intercâmbio de experiências e aprendizados. Criam também possibilidades para juntar recursos. Esse tipo de colaboração dá aos grupos acesso a recursos financeiros maiores, maior senso de solidariedade e maior influência quando se trata de negociar com o Estado e outros atores no cenário urbano por direitos e recursos.

Essas redes facilitam para os governos o envolvimento com as organizações comunitárias, por serem potencialmente capazes de lidar com algumas organizações (ou por vezes até mesmo uma única organização), e não com uma variedade de grupos fragmentados. Portanto, os governos locais precisam fazer o seguinte:

Apoiar a criação de fóruns locais, regionais e nacionais, e instituições-ponte que promovam o envolvimento de organizações comunitárias

com outros interessados em pobreza e desenvolvimento social e econômico relacionado à habitação.

Incluir as organizações comunitárias e suas federações e redes no desenvolvimento e implementação de políticas e programas, como um meio de permitir que os governos entendam melhor as necessidade dos pobres e as satisfaçam melhor.

Apoiar e participar de visitas de exposição e programas de intercâmbio entre organizações comunitárias e iniciativas habitacionais conduzidas pela comunidade em diferentes locais. Visitas de exposição conjuntas, que permitem que a comunidade e líderes do governo vejam e aprendam juntos, podem ser um poderoso formador de parcerias e expandir visões comuns.

QUATRO MANEIRAS PELAS QUAIS AS REDES ESTÃO MUDANDO OS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS

Nos últimos 20 anos, redes e federações comunitárias tornaram-se mecanismos de desenvolvimento vitais que pertencem aos pobres e que podem desenvolver soluções para problemas que eles enfrentam. As redes colaboraram com os governos locais para iniciar projetos de desenvolvimento em toda a cidade e uniram forças com outros grupos da sociedade civil para influenciar políticas mais amplas de desenvolvimento da cidade. As redes comunitárias progrediram muito no sentido de fechar a lacuna de compreensão entre os pobres urbanos e o sistema formal, e no sentido de equilibrar esse relacionamento político crucial de várias maneiras:

1. Mudanças na escala dos movimentos comunitários: No modelo de rede, as comunidades individuais são a menor unidade estrutural, formada na maioria por moradores. Mas, uma vez ligadas entre si, no nível municipal, regional ou nacional, tornam-se uma força política. Sem esses dois elementos – as comunidades individuais na base e a rede coletiva mais ampla com a força dos números – não se pode esperar mudanças estruturais significativas. Uma rede pode negociar em nome de uma comunidade por coisas que essa comunidade não pode obter sozinha por ser pequena demais.
2. Mudanças na maneira de enfrentar os problemas da pobreza: Na maioria dos desenvolvimentos, o Estado, as agências de desenvolvimento e as ONGs controlam os recursos e tomam todas as decisões. As pessoas não têm escolha a não ser seguir as trilhas que os demais fizeram para elas, ou então arriscar-se a perder os benefícios. Mas, com as redes, os pobres têm a liberdade de aprender como querem aprender, explorar alternativas e fazer escolhas de um modo que faça sentido para eles. As redes comunitárias oferecem uma poderosa plataforma para desenvolvimentos de maior escala e levaram à maior aceitação dos processos de desenvolvimento conduzidos pela comunidade.
3. Mudanças na maneira pela qual as comunidades se relacionam entre si: No tradicional desenvolvimento “de cima para baixo”, as ligações são verticais, entre agências de desenvolvimento e comunidades individuais. Quando os problemas aparecem, a falta de mecanismos horizontais para as comunidades ajudarem-se mutuamente significa que as pessoas permanecem dependentes das instituições para obter ajuda. Mas, como um canal de informação, as redes permitem que as pessoas aprendam continuamente umas com as outras, para evitar que os mesmos erros sejam repetidos. Quando uma comunidade desenvolve uma abordagem que dá certo, outras comunidades da rede aprendem sobre ela naturalmente.
4. Desenvolvimento de mecanismos de equilíbrio interno nas comunidades: As redes fornecem às comunidades muitas ferramentas para resolver problemas internos e com verificações e balanços para sustentar um processo de desenvolvimento conduzido pela comunidade equilibrado e equânime. No passado, quando as comunidades tinham problemas, costumavam ficar emperradas naquele nível. Mas as redes oferecem uma plataforma maior para todos os tipos de problemas serem examinados abertamente. Essa abertura pode ser um mecanismo de controle vital, uma forma de equilibrar as coisas, distribuir tensões e resolver situações problemáticas de maneira delicada e que preserva o prestígio.²⁰

REFERÊNCIAS

- 1 UN-HABITAT (2009) *Housing Indigenous Peoples in Cities: Policy Guide to Housing for Indigenous Peoples in Cities*. Nairobi: UN-HABITAT. <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2681> (acesso em 23 de julho de 2010)
- 2 UN-HABITAT & UNESCAP (2008) *Housing the Poor in Asian Cities. Quick Guide for Policy Makers 6: Community Based Organizations*. Nairobi & Bangkok: UN-HABITAT & UNESCAP. p.1
- 3 UN-HABITAT & UNESCAP (2008) *Housing the Poor in Asian Cities. Quick Guide for Policy Makers 6: Community Based Organizations*. Nairobi & Bangkok: UN-HABITAT & UNESCAP. p.2
- 4 Hassen HAR (2009) The state and civil society in Africa: a North African perspective. *African Journal of Political Science and International Relations* 3(2): 66–76; Kasfir N (1998) *Civil Society and Democracy in Africa*. London: Frank Cass; Makumbe JM (1998) Is there a civil society in Africa? *International Affairs* 74(2): 305; Orvis S (2001) Civil society in Africa or African civil society? *Journal of Asian and African Studies* 36(1): 17–38
- 5 Orvis S (2001) Civil society in Africa or African civil society? *Journal of Asian and African Studies* 36(1): 17–38. p. 18
- 6 www.moibrahimfoundation.org (accessed 16 March 2010)
- 7 UN-HABITAT & Global Land Tool Network (2009) *Not About Us Without Us: Working With Grassroots Organizations in the Land Field*. UN-HABITAT: Nairobi
- 8 <http://www.wri.org/publication/content/8558> (acesso em 31 de março de 2010)
- 9 Plummer J (2000) *Municipalities and Community Participation. A Sourcebook for Capacity Building*. London: Earthscan
- 10 UN-HABITAT (2006) *Best Practice database 2006*. www.unhabitat.org/bestpractices/2006/bplist.asp (acesso em 31 de março de 2010)
- 11 UN-HABITAT (2006) *Best Practice database 2006*. www.unhabitat.org/bestpractices/2006/bplist.asp (acesso em 25 de julho de 2010)
- 12 Cities Alliance (2007) *Liveable Cities: The Benefits of Urban Environmental Planning*. Washington DC: Cities Alliance
- 13 Bassett C & Lucas M (1999) Small victories: water in Luanda. *Southern Africa Report* 15(1): 17–21
- 14 www.proudlymanenberg.org (acesso em 31 de março de 2010)
- 15 Ahonsi BA (2002) Popular shaping of metropolitan forms and processes in Nigeria: glimpses and interpretations from an informed Lagosian. In Enwesor O, Basualdo C, Bauer UM et al. (eds) *Under Siege: Four African Cities – Freetown, Johannesburg, Kinshasa, Lagos*. Ostfildern-Ruit, Germany: Hatje Cantz
- 16 Fahmi WS (2005) The Impact of privatization of solid waste management on the Zabaleen garbage collectors of Cairo. *Environment and Urbanization* 17(2): 155–170; Fahmi WS & Sutton K (2006) Cairo's Zabaleen garbage recyclers: multi-nationals' takeover and state relocation plans. *Habitat International* 30: 809–837
- 17 www.homeless-international.org (acesso em 30 de julho de 2010)
- 18 UCDO (Urban Community Development Office, Thailand) (2000) *Update No. 2, October 2000*. www.codi.or.th
- 19 UN-HABITAT & UNESCAP (2008) *Housing the Poor in Asian Cities. Quick Guide for Policy Makers 6: Community Based Organizations*. Nairobi & Bangkok: UN-HABITAT & UNESCAP
- 20 UN-HABITAT & UNESCAP (2008) *Housing the Poor in Asian Cities. Quick Guide for Policy Makers 6: Community Based Organizations*. Nairobi & Bangkok: UN-HABITAT & UNESCAP

SUGESTÃO DE LEITURA COMPLEMENTAR

- ACHR (Asian Coalition for Housing Rights) (2000) *Face to Face: Notes from the Network on Community Exchange*. Available via the ACHR website www.achr.net
- Bigg T & Satterthwaite D (eds) (2006) *How to Make Poverty History: The Central Role of Local Organizations in Meeting the MDGs*. London: International Institute for Environment and Development
- Brown-Luthango M (2009) Background paper on community-based organizations in Africa. Prepared for UN-HABITAT, Nairobi
- Cruz C & Satterthwaite D (2005) *Building Homes, Changing Official Approaches: The Work of Urban Poor Organizations and their Federations and their Contributions to Meeting the Millennium Development Goals*. Poverty Reduction in Urban Areas Series Working Paper 16, International Institute for Environment and Development, London
- Gough V & Yankson PWK (2001) The role of civil society in urban management. In A Tostensen, I Tvedten & V Mariken (eds) *Associational Life in African Cities – Popular Responses to the Urban Crisis*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet
- Guijit I & Kaul Sha M (1998) *The Myth of Community. Gender Issues in Participatory Development*. London: ITDG Publishing
- Hasan A (2001) *Working with Communities*. Karachi: City Press
- IIED (International Institute for Environment and Development) (2001) *Civil Society in Action: Transforming Opportunities for the Urban Poor*. Special Issue of *Environment and Urbanization* 13(1)
- UN-HABITAT (2001) *Building Bridges Between Citizens and Local Governments through Managing Conflict and Differences. Parts I and II*. Nairobi: UN-HABITAT
- UN-HABITAT (2008) *Local to Local Dialogue as Advocacy and Grassroots Women Empowerment Tool in the Northwest Province of Cameroon*. www.unhabitat.org/bestpractices/2008 (acesso em outubro de 2009)
- Urban LandMark (2009) *Access to Urban Land: A Handbook for Community Organizations*. Pretoria: Urban LandMark. <http://www.urbanlandmark.org.za/downloads/AccessHandbook.pdf> (acesso em 26 de julho de 2010)
- Weru J (2004) Community federations and city upgrading: the work of Pamoja Trust and Muungano in Kenya, *Environment and Urbanization* 16(1): 47–62

WEBSITES

Asian Coalition for Housing Rights, www.achr.net

Community Organization Resource Centre (CORC), www.corc.co.za

Development Workshop, www.dw.angonet.org

Environment and Urbanization, revista do International Institute for Environment and Development (IIED), London, UK. Todas as edições podem ser baixadas no site da Sage Publications, <http://sagepub.com>

Environnement et Développement du Tiers Monde/ Environmental Development Action in the Third World (ENDA), www.enda.sn

Habitat for Humanity, www.habitat.org/ame/

Homeless International, www.homeless-international.org

Mazingira Institute, www.mazinst.org

Shack/Slum-dwellers International (SDI), www.sdinet.org

Shelter Forum, www.shelterforum.or.ke

United Nations Human Settlements Programme, www.unhabitat.org

Upgrading Urban Communities (Cities Alliance), <http://web.mit.edu/urbanupgrading>

Para uma lista comentada de websites que oferecem mais informações sobre os problemas-chave discutidos na série Guias práticos, visite o website Housing the Urban Poor, www.housing-the-urban-poor.net, e siga os links para “Organizations database”.